

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA UNIFESP APRESENTA
MOÇÃO DE REPÚDIO À REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS
ESTADUAIS DE SÃO PAULO**

A sociedade brasileira testemunha crescente mobilização de estudantes, familiares, movimentos sociais e cidadãos em geral contra a reestruturação das escolas da rede paulista de educação básica, prevista para o ano de 2016.

A força crescente do movimento de repúdio e resistência é proporcional aos danos que estão sendo engendrados por essa iniciativa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Com uma mensagem autoritária escondida em pressupostos orçamentários de uma razão privatista, um projeto com repercussão direta no cotidiano de muitos professores e alunos foi apresentado de forma unilateral e desrespeitosa, desrespeitosa inclusive com os fundamentos republicanos que indissociavelmente acompanham tudo o que diz respeito à escola pública.

O fechamento de 93 escolas com o aprofundamento da divisão dos prédios escolares tomando por critério as etapas de ensino foi informado, não debatido; foi noticiado, não estudado com a participação efetiva de todos os implicados.

Mais uma vez a palavra desempenho é usada com superficialidade e representações da eficiência e ineficiência são manejadas como se as escolas públicas padecessem problemas crônicos passíveis de análise somente com dados demográficos e quantitativos, que

chegam a seu paroxismo quando com ralos argumentos pedagógicos se defende que escolas com número menor de alunos devam ser fechadas.

Sabemos que desde 1995 convivemos no Estado de São Paulo com medidas tomadas com o mesmo afã contábil, bastando lembrar o processo de municipalização do ciclo I do ensino fundamental que naquela ocasião foi levado a efeito.

Sempre que a educação escolar é reformada apenas com base em números de matrículas perde-se de vista que a presença de uma escola pública diz respeito não somente a matriculados regulares. Lembremos que também jovens e adultos têm direitos educacionais garantidos e que um equipamento público deve ser pensado e gerido levando em consideração compromissos com o local em que se insere e com as camadas populares que têm direitos educacionais inalienáveis.

Para além disso, a utilização de espaços educacionais sem a pressão dos grandes números e da complexidade que advém de salas sempre lotadas parece ser ocasião mais que adequada para incremento do equipamento público com recursos e projetos que possam atender expectativas até hoje não atendidas justamente com o argumento da falta de estrutura física disponível.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo perde a oportunidade de apresentar projetos de expansão de bibliotecas e de

espaços condizentes com as possibilidades pedagógicas que as artes e as atividades físicas têm a oferecer ao cotidiano escolar.

Ao contrário disso, a Secretaria de Educação acrescenta às famílias mais gastos, transtornos com deslocamento e desconsideração para com suas opiniões, de resto nem solicitadas.

Outra evidência do descuido para com os reais protagonistas do universo escolar é que os efeitos da proposta sobre a oferta de ensino noturno não foram considerados; os efeitos do fechamento de escolas quanto às jornadas de trabalho docente e possíveis demissões e reduções salariais igualmente omitidos.

Trata-se enfim de uma proposta que não se sustenta, pois mesmo a evocação dos números de desempenho não se fez com base na realidade concreta, pois dentre as 93 escolas escolhidas para o fechamento 30 têm desempenho acima da média no IDESP 2014.

O Estado de São Paulo parece seguir a reboque de Estados com Goiás, por exemplo, que seguidamente tem adotado medidas privatizantes e policiaescas para tratar do “gerenciamento” da educação pública.

A reação dos jovens e da sociedade demonstra que a resistência veio para ficar.

Por isso, o Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, que tem em sua estrutura e em sua razão de ser o compromisso com a educação pública, reconhece a legitimidade das manifestações e

ocupações que estão ocorrendo e publicamente agradece a todos os que lutam a mesma luta.

Os estudantes, pais e professores que estão ocupando ruas e escolas nos representam e a exigência que apresentam por mais diálogo e cessação imediata da violência é nossa exigência também, um pleito republicano e amparado no reconhecimento que estamos num estado de direito e dele não abrimos mão.

O Departamento de Educação da Unifesp repudia o uso da força policial e pede publicamente a suspensão desse projeto de reorganização.

O diálogo, as audiências públicas e o respeito à opinião de educadores, alunos e familiares são, desde já, palavras de ordem que pronunciamos com os que estão lutando por causas que também são nossas.